INSTITUTO FEDERAL
São Paulo

CONCURSO PÚBLICO PARA
PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO,
TÉCNICO E TECNOLÓGICO -
EDITAL Nº 51/2022

Área: **DIREITO**

PROVA OBJETIVA

ORIENTAÇÕES

• A Prova Objetiva possui 40 (quarenta) questões, que deverão ser respondidas no período máximo de quatro horas.

• O tempo de duração das provas abrange a assinatura da Folha de Respostas e a transcrição das respostas do Caderno de Questões da Prova Objetiva para a Folha de Respostas.

• Não será permitido ao candidato ausentar-se em definitivo da sala de provas antes de decorrida 1 (uma) hora do início das provas.

• O candidato não poderá levar o seu Caderno de Questões da Prova Objetiva.

• Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que todos os demais tenham terminado a prova. Apenas podendo retirar-se, concomitantemente, após a assinatura do relatório de aplicação de provas.

• Depois de identificado e instalado, o candidato somente poderá deixar a sala mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal, ou sob a fiscalização da equipe de aplicação de provas.

• Será proibido, durante a realização das provas, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios, *pagers*, *beep*, agenda eletrônica, calculadora, *walkman*, *tablets, notebook*, *palmtop*, gravador, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico. A organização deste Concurso Público não se responsabilizará pela guarda destes e de outros equipamentos trazidos pelos candidatos.

• Durante o período de realização das provas, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como não será permitido o uso de livros, códigos, manuais, impressos, anotações ou quaisquer outros meios.

• Durante o período de realização das provas, não será permitido também o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro ou similares, sendo o candidato comunicado a respeito e solicitada a retirada do objeto.

• Findo o horário limite para a realização das provas, o candidato deverá entregar as folhas de resposta da prova, devidamente preenchidas e assinadas, ao Fiscal de Sala.

• O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar sua Folha de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção. Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.

• Ao transferir as respostas para a Folha de Respostas, use apenas caneta esferográfica preta; preencha toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão (conforme exemplo a seguir); assinale somente uma alternativa em cada questão. Sua resposta NÃO será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.

	A	B	C	D
01	Ⓐ	Ⓑ	Ⓒ	●

LEGISLAÇÕES,CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS E ÉTNICO-RACIAL

1 O pesquisador Tomaz Tadeu da Silva problematiza, na obra *Documentos de Identidade: uma Introdução às Teorias de Currículo,* aspectos relacionados à teoria pós-colonialista do currículo. Segundo o autor:

> A teoria pós-colonialista tem como objetivo analisar o complexo das relações de poder entre as diferentes nações que compõem a herança econômica, política e cultural da conquista colonial europeia tal como se configura no presente momento – chamado, é claro, de "pós-colonial". Ela parte da ideia de que o mundo contemporâneo, no momento mesmo em que supostamente se torna globalizado, só pode ser adequadamente compreendido se considerados todas as consequências da chamada "aventura colonial europeia". *(SILVA, T. T. da.* ***Documentos de Identidade:*** *uma Introdução às Teorias de Currículo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999, p.125)*

Nessa perspectiva o autor, ao problematizar a teoria pós-colonialista, assevera que:

(A) A análise pós-colonial exerce a função de garantir a posição privilegiada do sujeito imperial europeu e fomentar suas ações de poder frente às demais culturas.

(B) A análise pós-colonial se limita a analisar as relações de poder entre as metrópoles e suas ex-colônias, que hoje se constituem como países libertados.

(C) A teoria pós-colonial, o feminismo e outros movimentos sociais, como o movimento negro, reivindicam a inclusão de formas culturais, experiências e identidades sociais marginalizadas pela identidade europeia considerada dominante.

(D) Deve-se problematizar as relações culturais, econômicas e políticas objetivas, entre outros elementos, para a construção de um currículo neutro, sem marcas que evidenciem colonizador e colonizado.

2 Ao discutir as relações entre currículo e multiculturalismo, Tomaz Tadeu da Silva na obra *Documentos de Identidade: uma Introdução às Teorias de Currículo*, apresenta características do multiculturalismo. Entre elas, afirma que:

> O chamado "multiculturalismo" é um fenômeno que, claramente, tem sua origem nos países dominantes do Norte. O multiculturalismo, tal como a cultura contemporânea, é fundamentalmente ambíguo. Por um lado, o multiculturalismo é um movimento legítimo de reivindicação dos grupos culturais dominados no interior daqueles países para terem suas formas culturais reconhecidas e representadas na cultura nacional. O multiculturalismo pode ser visto, entretanto, também como uma solução para os "problemas" que a presença de grupos raciais e étnicos coloca, no interior daqueles países, para a cultura nacional dominante. *(SILVA, T. T. da.* ***Documentos de Identidade:*** *uma Introdução às Teorias de Currículo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999, p. 85)*

A partir dessas características é correto afirmar que:

(A) Apesar da ambiguidade sinalizada pelo autor (ou justamente por causa dela) o multiculturalismo representa um importante instrumento de luta política.

(B) As desigualdades relacionadas às questões educacionais podem ser mitigadas a partir do acesso dos estudantes a um currículo comum.

(C) Em uma leitura multiculturalista é possível estabelecer critérios de modo a aferir se uma determinada cultura (seja ela dominante ou não) pode ser considerada superior a outra.

(D) Um curriculo centrado no ensino da tolerância, do respeito e da convivência harmoniosa entre as culturas, pode ser compreendido como um currículo multiculturalista.

3 A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, da qual os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são integrantes, foi instituída pela Lei nº 11.892, publicada em dezembro de 2008. Nessa lei, ao demarcar as finalidades, características e objetivos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, observa-se a preocupação em fomentar ações que propiciem melhorias no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Assinale a alternativa que traz uma outra finalidade/característica expressa no artigo 6º da referida Lei:

(A) Desenvolver programas de extensão direcionados à implementação de novos negócios ou atualizações em empresas locais já existentes.

(B) Ofertar cursos superiores de tecnologia visando especificamente à formação de profissionais da área de Informática capazes de colaborar nos processos de melhorias tecnológicas dos arranjos produtivos locais.

(C) Ofertar prioritariamente cursos de licenciatura nas mais diversas áreas do conhecimento, com vistas à formação de docentes.

(D) Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

4 A Lei nº 11.741 de 16 de julho de 2008, altera dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) a respeito da Educação Profissional Técnica de nível médio, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional e Tecnológica.

Com base nas informações demarcadas, assinale a alternativa que apresenta os cursos que a educação profissional e tecnológica abrangerá.

(A) A Educação Profissional e Tecnológica abrangerá cursos: (i) de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; (ii) de educação profissional técnica de nível médio e (iii) de educação profissional tecnológica de graduação.

(B) A Educação Profissional e Tecnológica abrangerá cursos: (i) de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; (ii) de educação profissional técnica de nível médio e (iii) de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

(C) A Educação Profissional Técnica de Nível Médio será desenvolvida apenas nas formas integrada e subsequente.

(D) A Educação Profissional Técnica de Nível Médio será desenvolvida prioritariamente de modo articulado com o Ensino Médio.

5 No livro *Escola e Democracia*, Saviani apresenta 11 teses sobre Educação e Política.

Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações sobre as teses apresentadas na referida obra.

[ ] Existe identidade entre educação e política.
[ ] As relações entre educação e política se dão na forma de autonomia relativa e dependência recíproca.
[ ] Toda prática política contém inevitavelmente uma dimensão educativa.
[ ] Toda prática educativa não deve conter uma dimensão política.

A sequência correta, de cima para baixo, é

(A) F, V, V, F.
(B) V, F, V, V.
(C) F, V, F, V.
(D) V, F, V, F.

6 A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, disciplina e organiza a oferta de todos os níveis e modalidades da educação nacional. No artigo 21 é apresentada a organização e divisão do sistema educacional, a saber:

> "Art. 21. A educação escolar compõe-se de:
> I - Educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
> II - Educação superior".

Para a educação superior é dedicado o capítulo IV, intitulado "Da Educação Superior". Sobre esse capítulo, assinale a alternativa que apresenta as informações corretas:

(A) As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições privadas, garantida a necessária previsão orçamentária.

(B) A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: I - cursos sequenciais; II - de graduação; III - de pós-graduação e IV - de extensão.

(C) Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, cento e oitenta (180) dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

(D) A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: I - cursos livres e que atendam a população em geral: jovens, adultos e idosos; II - de graduação; III - de pós-graduação e IV - de extensão.

7 Leia o excerto abaixo:

> "[…] É como se tivessem elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão fora dela são a sub-humanidade. Não são só os caiçaras, quilombolas e povos indígenas, mas toda vida que deliberadamente largamos à margem do caminho. E o caminho é o progresso: essa ideia prospectiva de que estamos indo para algum lugar. Há um horizonte, estamos indo para lá, e vamos largando no percurso tudo que não interessa […]". *(KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, p. 6).*

Com relação à diversidade étnico-racial existente no Brasil, qual das seguintes afirmações corrobora a ideia trazida pelo autor?

(A) Enquanto humanidade, temos suprimido toda a forma de diversidade existente, negando a legitimidade da pluralidade de formas de vida, hábitos e culturas que sejam diferentes daquelas estabelecidas na contemporaneidade.

(B) Todos os grupos sociais têm igual importância quando o foco da sociedade é o progresso: cada um entende o seu papel na cadeia produtiva e o desempenha visando um bem maior.

(C) As contribuições dos diferentes povos que formaram a nação brasileira são valorizadas de forma igualitária pela sociedade, não havendo espaço em uma sociedade tão diversa para reprodução de preconceitos.

(D) Todas as pessoas, independente da sua origem social, cultural ou econômica devem se adequar à ideia de modernidade, uma vez que há um horizonte a ser alcançado e o progresso deve ser o caminho a ser seguido por todos.

8 Na obra "*A presença indígena na formação do Brasil*", os autores afirmam que "a nossa história tem sido sempre descrita como a história da colonização, como a narrativa da transferência de pessoas, instituições e conhecimentos para um novo cenário, não-europeu" *(OLIVEIRA, J. P.; FREIRE, C.A.R., 2006, p. 17)*.

Sobre a presença e participação dos indígenas no processo de formação do Brasil, analise as seguintes afirmativas:

I – As práticas e as representações que caracterizam a sociedade brasileira não podem ser compreendidas se não forem levadas em consideração as populações aqui estabelecidas, com suas formas de organização sociocultural e com a sua interveniência e controle sobre os recursos ambientais existentes.

II – A história brasileira muitas vezes é retratada de forma fragmentada, sendo o trabalho indígena considerado irrelevante e até mesmo silenciado na construção da nação brasileira, estando reduzido à civilização imposta pela pedagogia moral e religiosa.

III – A vasta miscigenação racial da qual a população brasileira é originária retrata por si só a importância do índio na constituição da sociedade brasileira, uma vez que na sociedade contemporânea todas as pessoas são valorizadas da mesma forma, independentemente de sua raça ou origem.

IV – Ao longo da história brasileira, prevaleceram políticas associadas à aculturação espontânea do índio, que deveria ser educado para sua progressiva integração na sociedade; isto é, o respeito às suas práticas e tradições esteve por muito tempo paradoxalmente atrelado ao estímulo para a mudança e incorporação à produção econômica.

Estão corretas:

(A) Apenas as afirmativas I, II e III.
(B) Apenas as afirmativas III e IV.
(C) Apenas as afirmativas I, II e IV.
(D) Apenas as afirmativas I, III e IV.

9 No livro "*Nem preto nem branco, muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira*", a autora disserta a respeito de o fato de que o termo "raça" nunca ter sido, no Brasil, um termo "neutro", e considera que ele esteve associado a uma imagem muito particular do país. *(SCHWARCZ, L. M., 2016).*

Sobre as ideologias da mestiçagem presentes na história brasileira, analise as afirmativas a seguir:

I – A partir do final do século XIX, a sociedade brasileira foi influenciada pelo racismo científico, amplamente difundido. Sob sua influência afirmava-se que as diferenças biológicas explicariam a superioridade de determinadas populações em detrimento de outras. Nesse contexto, os negros e mestiços são apontados como física e mentalmente inferiores aos europeus, além de mais propensos ao crime.

II – O Brasil, assim como outros países, adotou uma política de segregação institucional após a abolição, impondo leis distintas para brancos e negros, como fica evidenciado na Primeira Constituição Republicana promulgada em 1891. Nesse

contexto, adotou-se um sistema de classificação racial segundo a ancestralidade do indivíduo. Nele seriam consideradas brancas as pessoas sem ascendência africana em determinado número de graus.
III – As teorias poligenistas da humanidade afirmavam ser maléfico o cruzamento inter-racial, que levaria a perda do caráter superior existente na raça branca. Entretanto, como o processo de miscigenação já estava avançado no Brasil no fim do século XIX, adota-se como política a atribuição de um sentido positivo para a miscigenação, partindo-se da ideia de que, quanto mais miscigenada, mais branca a sociedade brasileira se tornaria.
IV – Após a abolição, projetou-se no Brasil uma falsa imagem de democracia racial, sendo um dos recursos utilizados para tanto a reconstrução da história pregressa de forma positiva, omitindo a violência e o arbítrio da história brasileira e divulgando uma imagem de senhores de escravos severos e paternais, assim como de escravos submissos e gentis.
V – A entrada de imigrantes europeus no Brasil no final do século XIX foi incentivada enquanto política nacional de modo muito enfático, claramente aludindo à intenção de branqueamento da população brasileira, o que por sua vez constituiria uma miscigenação positiva.

São ideologias de mestiçagem presentes na história brasileira:
(A) Apenas as afirmativas II e V.
(B) Apenas as afirmativas I, III, IV e V.
(C) Apenas as afirmativas I, II, III e V.
(D) Apenas as afirmativas II e IV

10 Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, sendo assegurado:
I – igualdade de condições apenas para o acesso à escola;
II – direito de ser respeitado por seus educadores;
III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;
V – acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, sem garantia de vagas no mesmo estabelecimento que os irmãos frequentam a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, são verdadeiros os pressupostos:
(A) II, III e IV.
(B) I, II e III.
(C) I, IV e V.
(D) II, III e V.

11 A Constituição Federal de 1988 coloca a educação como um direito social (artigo 6º). Na Carta Magna há também um capítulo dedicado a esse direito da criança, do jovem e do adulto, especificando os deveres do Estado. É no artigo 206 que são trazidos os princípios do ensino. Sobre estes princípios previstos no artigo 206, leia as afirmações a seguir:
I – Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
II – O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.
III – Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, bem como temas transversais nos currículos de que trata o artigo.
IV – Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.
V – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Assinale a alternativa que contemple as afirmações corretas sobre os princípios do ensino.
(A) I, III e V.
(B) I, II e III.
(C) I, IV e V.
(D) I, II e IV.

12 Em sua obra clássica, *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire apresenta e discute os conceitos de educação bancária e educação libertadora.

> Quanto mais analisamos as relações educador-educandos, na escola, em qualquer de seus níveis (ou fora dela), parece que mais nos podemos convencer de que estas relações apresentam um caráter especial e marcante — o de serem relações fundamentalmente narradoras, dissertadoras.

> Narração de conteúdos que, por isto mesmo, tendem a petrificar-se ou a fazer-se algo quase morto, sejam valores ou dimensões concretas da realidade. Narração ou dissertação que implica um sujeito o narrador — e objetos pacientes, ouvintes — os educandos. (...) A narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em "vasilhas", em recipientes a serem "enchidos" pelo educador. Quanto mais vá "enchendo" os recipientes com seus "depósitos", tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente "encher", tanto melhores educandos serão. Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. *(FREIRE, P.* ***Pedagogia do Oprimido****. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 57-58).*

Sobre o conceito de educação libertadora, leia as afirmações a seguir:
I – A educação bancária serve à dominação; a educação libertadora é problematizadora, que serve à libertação.
II – A educação libertadora emite comunicados e permite aos educandos que possam apreender e entender os sentidos dos comunicados.
III – A educação libertadora transmite conteúdos a partir da experiência histórico-social dos educadores, que selecionam, a partir de um currículo elaborado, o conjunto de conhecimentos para a formação de jovens e adultos.
IV – Na concepção libertadora há a superação da contradição educador-educando, tornando-se um educador-educando e um educando-educador.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente o conceito de educação libertadora.
(A) II e III.
(B) II e IV.
(C) I e III.
(D) I e IV.

13 O diálogo é um dos princípios da educação libertadora e problematizadora de Paulo Freire, proposta na obra Pedagogia do Oprimido. O diálogo é a base da ação e da relação entre educador e educando.

Sobre a teoria da ação dialógica, assinale VERDADEIRO (V) ou FALSO (F):
[ ] O diálogo não precisa, necessariamente, de fé e confiança nos homens, apenas de ouvir e falar no momento adequado.
[ ] O diálogo não pode ser pretexto para manipulação ou silenciamentos. Ele precisa ser democrático.
[ ] O diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens, enquanto humanidade.
[ ] O diálogo é o encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu, educador--educando.

A sequência correta, de cima para baixo, é
(A) V, F, V, F.
(B) F, V, V, V.
(C) F, F, V, V.
(D) V, F, F, V.

14 Leia o texto a seguir:

> "A noção de capital cultural impôs-se, primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o "sucesso escolar", ou seja, os benefícios específicos que as crianças das diferentes classes e frações de classe podem obter no mercado escolar, à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe. Este ponto de partida implica em uma ruptura com os pressupostos inerentes, tanto à visão comum que considera o sucesso ou fracasso escolar como efeito das "aptidões" naturais, quanto às teorias do "capital humano". *(NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M., (Org.).* ***Pierre Bourdieu:*** *escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 71).*

Sobre os três estados do capital cultural definidos por Bourdieu, assinale a alternativa correta:
(A) Capital cultural institucionalizado: A acumulação de capital cultural exige uma incorporação que, enquanto pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação, custa tempo que deve ser investido pessoalmente pelo investidor (tal como o bronzeamento, essa incorpo-

ração não pode efetuar-se por procuração). Sendo pessoal, o trabalho de aquisição é um trabalho do "sujeito" sobre si mesmo (fala-se em "cultivar-se").

(B) Capital cultural institucionalizado: Este capital apresenta-se com todas as aparências de um universo autônomo e coerente que, apesar de ser o produto da ação histórica, tem suas próprias leis, transcendentes às vontades individuais, e que, como bem mostra o exemplo da língua, permanece irredutível, por isso mesmo, àquilo que cada agente ou mesmo o conjunto dos agentes pode se apropriar (ou seja, ao capital cultural incorporado). É preciso não esquecer, todavia, que ele só existe e subsiste como capital ativo e atuante, de forma material e simbólica.

(C) Capital cultural objetivado: Este capital "pessoal" não pode ser transmitido instantaneamente (diferentemente do dinheiro, do título de propriedade ou mesmo do título de nobreza) por doação ou transmissão hereditária, por compra ou troca. Pode ser adquirido, no essencial, de maneira totalmente dissimulada e inconsciente, e permanece marcado por suas condições primitivas de aquisição.

(D) Capital cultural incorporado: O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da "pessoa", um habitus. Aquele que o possui "pagou com sua própria pessoa" e com aquilo que tem de mais pessoal: seu tempo.

15 A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, após a modificação implementada pela Lei 11.645 de 10 de março de 2008, passou a vigorar com a seguinte redação em seu Capítulo II - Da Educação Básica, artigo 26-A:

(A) Nos estabelecimentos que atendem todas as etapas da Educação Básica, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena torna-se um referencial curricular de caráter interdisciplinar a ser adotado a critério da rede de ensino.

(B) Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio apenas vinculados à rede pública torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

(C) Nos estabelecimentos que atendem todas as etapas da Educação Básica, públicos e privados, constitui-se um parâmetro curricular a ser adotado a critério da rede de ensino o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

(D) Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

ÁREA DE CONHECIMENTO: DIREITO

16 A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(A) a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

(B) que todo o poder emana do presidente, que o exerce por meio de senadores e deputados eleitos, nos termos desta Constituição.

(C) o respeito à hierarquia entre os poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e Moderador.

(D) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida somente pelo Presidente da República.

17 Considerando o tema de direito administrativo, assinale a alternativa correta:

(A) O Princípio da Legalidade define que o agente público em seus atos não fica subordinado à legislação, só sendo legítima a ação se não estiver proibido por lei.

(B) O Princípio da Supremacia do Interesse Público prima pelas atividades administrativas serem desenvolvidas considerando o indivíduo em primeiro lugar, colocando-o superior à sociedade, ao coletivo.

(C) O Princípio da Indisponibilidade define que os bens e interesses públicos pertencem à administração e aos seus agentes, pois atuam em nome próprio e não em nome de terceiros – a coletividade.

(D) O Princípio da Publicidade preza pela publicação de todos os atos da administração, com a maior divulgação possível, por ser a transparência do ato que permite aferir a legalidade e a eficiência do ato administrativo.

18 A Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), no artigo 6º da lei mencionada, define:

(A) administração Pública: administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas.

(B) compra: aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 90 (noventa) dias da ordem de fornecimento.

(C) serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

(D) licitante: pessoa física ou consórcio de pessoas jurídicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe equiparável, para os fins desta Lei, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta.

19 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo possui o Conselho Superior – CONSUP, que é um órgão colegiado que tem por finalidade analisar e regular as diretrizes de atuação do Instituto Federal de São Paulo, no âmbito acadêmico e administrativo, tendo como finalidade o processo educativo de excelência.

Considerando a Lei nº 11.892 de 29/12/2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e designa a criação do Conselho Superior, assinale a alternativa correta:

(A) O Conselho Superior é um órgão de caráter somente consultivo, será composto somente pelos servidores docentes, Reitor, pelos Pró-Reitores e seus diretores de área e pelo Diretor-Geral de cada um dos campus que integram o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP.

(B) O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

(C) O Conselho Superior poderá ter candidatos à sua presidência docentes e administrativos pertencentes ao Quadro de Pessoal Ativo Permanente de qualquer dos campus que integram o Instituto Federal, desde que possuam o mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que possuam o título de doutor.

(D) O reitor não poderá presidir o Conselho Superior, em função da autonomia, devendo, por isso, ser realizada uma eleição em sua comunidade para a escolha do presidente do conselho. Desta forma, será feita uma eleição para cada reunião ordinária ou extraordinária que aconteça no Conselho Superior – CONSUP.

20 Considerando as definições da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), assinale a alternativa correta que corresponde ao nome do regime, definido a seguir: "regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto":

(A) contratação integrada.

(B) contratação por tarefa.

(C) contratação Global.

(D) contratação semi-integrada.

21 Conforme consta na Portaria nº 2.968/2015/ IFSP, "As ações de extensão são uma via de mão dupla com a sociedade, que proporcionam a relação de diálogo entre conhecimentos acadêmicos e conhecimentos tradicionais, enriquecendo o processo educativo e possibilitando a formação de consciência crítica tanto da comunidade interna do IFSP (docentes, discentes e técnicos-administrativos), quanto dos diversos atores sociais envolvidos".

Considerando a Lei nº 11.892 de 29/12/2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em relação aos objetivos dos Institutos Federais no que tange as atividades de extensão, assinale a alternativa correta:

(A) As atividades de extensão somente poderão ser ministradas em nível de educação superior, exclusivamente para cursos de licenciatura.

(B) As atividades de extensão são desenvolvidas de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

(C) As atividades de extensão somente poderão ser ministradas em cursos de pós-graduação strictu sensu e lato sensu, exclusivamente voltados a cursos tecnológicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP.

(D) As atividades de extensão são desenvolvidas de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais e somente poderão ser ministradas em cursos técnicos.

22 A nova lei de licitação (Lei 14.133/2021) definiu no caput e incisos do Art. 28 as modalidades de licitação. Selecione a alternativa correta que possui as modalidades estabelecidas no dispositivo legal referido.

(A) concorrência, convite, pregão, leilão e concurso.

(B) concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.

(C) concorrência, tomada de preços, pregão, concurso público e diálogo competitivo.

(D) concorrência, pregão, concurso, leilão e diálogo competitivo.

23 Selecione a alternativa correta conforme o Decreto n.º 1.171/1994 – Código de Ética Profissional do servidor público:

(A) É vedado ao servidor público retirar da repartição pública, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público, bem como de fazer uso de informações não privilegiadas obtidas no âmbito interno e externo de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros.

(B) O servidor público tem como dever exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário.

(C) É vedado ao servidor público pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para não cumprir a sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim.

(D) O Servidor público tem como dever ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano físico e material.

24 No que tange as Regras Deontológicas, presentes no Decreto n.º 1.171/1994 - Código de Ética Profissional do servidor público, selecione a alternativa correta:

(A) O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente. Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até mesmo imprudência no desempenho da função pública.

(B) A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a legalidade do ato administrativo.

(C) O ato de o servidor público deixar qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas principalmente grave dano material aos usuários dos serviços públicos.

(D) Salvo os casos de segurança nacional, as investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficiência, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.

25 Considere que um Coordenador de Licitações praticou atos lesivos à administração pública ao fraudar licitação e, com isso, obteve vantagens financeiras, destinando o recurso para sua própria aquisição patrimonial, em conluio com as chefias superiores, que receberam recursos proporcionais aos cargos que ocupavam.

Em razão da prática de atos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846/13, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio das respectivas Advocacias Públicas ou órgãos de representação judicial, ou equivalentes, e o Ministério Público, poderão ajuizar ação com vistas à aplicação de determinadas sanções às pessoas jurídicas infratoras.

Em relação às sanções previstas no rol do artigo 19º, assinale a alternativa correta:

(A) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 10 (dez) anos.

(B) perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé.

(C) prescrevem em 10 (dez) anos as infrações previstas nesta Lei, contados da data da ciência da infração ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

(D) dificultar a atividade de investigação, ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional, com pena de reclusão de 20 (vinte) anos.

26 Após a concretização de ato lesivo contra a administração pública, a instituição prejudicada do Poder Executivo federal recebeu a proposta de um acordo de leniência. Diante dos aspectos favoráveis da proposta, o acusado acabou aceitando para assegurar a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo.

Considerando a Lei nº 12.846/13, qual é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal?

(A) Ministério Público Federal – MPF.

(B) A Controladoria-Geral da União – CGU.

(C) Procuradoria Geral da República – PGR.

(D) Polícia Federal do Brasil – PF.

27 Considerando a Lei nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, selecione a alternativa que define as finalidades e características dos Institutos Federais:

(A) Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal.

(B) Ofertar educação profissional, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

(C) Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, promovendo o necessário em cada exercício financeiro para o desenvolvimento da educação nos Institutos Federais.

(D) Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções às demandas sociais e peculiaridades regionais.

28 Considerando a Lei nº 11.892/2008, selecione a alternativa correta conforme a lei:

(A) Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e tecnológica, curriculares e multicampi.

(B) Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e Ensino à distância, pluricurriculares e multidisciplinar.

(C) Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e fundamental, curriculares e multidisciplinar.

(D) Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi.

29 A Lei nº 9.784/99 prevê em seu "Art. 1º (...) normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração".

Considerando a lei supracitada e o disposto em seu artigo 18, quando o servidor ou autoridade é impedido de atuar em processo administrativo?

Assinale a alternativa correta:

(A) quando ele tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau.
(B) quando ele não possua interesse direto ou indireto na matéria, sendo servidor de outro órgão da autarquia federal ou, ainda, vinculado à Corregedoria Geral da União.
(C) quando ele não esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.
(D) quando ele preste as informações que lhe forem solicitadas e colabore para o esclarecimento dos fatos.

30 Considerando a Lei nº 9.784/99 que prevê em seu Art. 1º normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração, quais são os deveres do administrado perante à Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo?

Assinale a alternativa correta.

(A) expor os fatos conforme for de sua conveniência, de modo a não se prejudicar.
(B) proceder com respeito, urbanidade e demonstrar que foi coagido.
(C) não agir de modo incontestável.
(D) prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

31 Considerando Lei n.º 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, assinale a alternativa correta:

(A) A nacionalidade brasileira ou estrangeira, a quitação com as obrigações militares e eleitorais, a idade mínima de vinte e um anos são alguns dos requisitos básicos para investidura em cargo público.
(B) A Lei n.º 8.112/1990 dispõe que a pessoa se torna servidor quando é legalmente investida em cargo público, que ocorre com o exercício da atividade no órgão que prestou o concurso.
(C) O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
(D) Os servidores cumprirão jornada de trabalho respeitada a duração máxima semanal de quarenta e quatro horas e observados os limites: mínimo de seis horas e máximo oito horas e quarenta e oito minutos diários.

32 Selecione a alternativa correta conforme Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei n.º 8.069/90, com suas atualizações):

(A) É dever da instituição de ensino, clubes e agremiações recreativas e de estabelecimentos congêneres assegurar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas lícitas. E dever do Estado velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório, paralisante ou constrangedor.
(B) O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros: respeito à condição peculiar de pessoa incapaz, e a capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho. E a Lei ainda define que é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
(C) A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.
(D) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes, tendo como uma das principais ações o apoio e o incentivo às práticas de resolução pacífica de conflitos, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública do Município, Varas da Família e da Juventude, que envolvam violência contra a criança e ao adolescente.

33 Selecione a alternativa correta, considerando o disposto na Lei n.º 8.112/1990, que trata sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais:

(A) A Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede, podendo ser: de ofício, no interesse da Administração; a pedido, a critério da Administração; ou a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração. Nesta última possibilidade uma previsão legal é em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.

(B) A Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado, que não tenha completado 75 anos de idade e esteja dentro das duas hipóteses legais: aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria, ou no interesse da administração, desde que o servidor aposentado: tenha solicitado a reversão; a aposentadoria tenha sido voluntária; estável quando na atividade; a aposentadoria tenha ocorrido nos cinco anos anteriores à solicitação; haja cargo vago.

(C) Ao candidato, tornando-se servidor, além do vencimento e das vantagens previstas na Lei 8.112/90, serão deferidos as seguintes retribuições, gratificações e adicionais: retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; gratificação natalina; adicional por tempo de serviço; adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas; adicional pela prestação de serviço extraordinário; adicional noturno; adicional de férias; outros, relativos ao local ou à natureza do trabalho, gratificação por encargo de curso ou concurso.

(D) Os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de Natureza Especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade. O substituto assumirá automática e cumulativamente, sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo ou função de direção ou chefia e os de Natureza Especial, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e na vacância do cargo, hipóteses em que receberá a remuneração de maior valor durante o respectivo período.

34 Conforme a Lei 8.429/1992, com redação nova conferida pela Lei 14.230/2021, "é ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei..." dentre eles:

I – receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.

II – utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1° desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.

III – receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para fazer declaração falsa sobre qualquer dado técnico que envolva obras públicas ou qualquer outro serviço ou sobre quantidade, peso, medida, qualidade ou característica de mercadorias ou bens fornecidos a qualquer das entidades referidas no art. 1º desta Lei.

IV – adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta:

(A) I e II.
(B) I e III.
(C) II e III.
(D) III e IV.

35 Selecione a alternativa correta conforme a Lei nº 8.429/1992, com redação nova conferida pela Lei nº 14.230/2021:

(A) Constitui ato de improbidade administrativa frustrar, em ofensa à parcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros.

(B) Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.
(C) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
(D) A lei constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente. Prevendo pena: detenção de oito a doze meses e multa. Além da sanção penal, o denunciante está sujeito a indenizar o denunciado pelos danos morais ou à imagem que houver provocado.

36 A Constituição Federal de 1988 é soberana e rege todo o ordenamento jurídico brasileiro. Ela estabelece os principais direitos e deveres a todas as áreas importantes do sistema jurídico, garantindo a soberania do país, a igualdade entre todos, a organização política e administrativa dos três poderes e resguarda prioritariamente a vida.

Considerando a classificação (tipologia) da Constituição, assinale a alternativa correta:
(A) Quanto à origem: escrita e costumeira.
(B) Quanto à finalidade: ortodoxa e eclética.
(C) Quanto à forma: outorgadas e promulgadas.
(D) Quanto à extensão: sintéticas e analíticas.

37 Selecione a alternativa correta conforme a Lei nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais:
(A) Os Institutos Federais têm como objetivo ministrar em nível de educação superior: cursos superiores de tecnologia visando à formação de tecnólogos para os diferentes setores da economia.
(B) Os Institutos Federais têm como objetivo ministrar em nível de educação superior: cursos de bacharelado, direito e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento.
(C) Os Institutos Federais têm como objetivo ministrar em nível de educação superior: cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.
(D) Os Institutos Federais têm como objetivo ministrar em nível de educação superior: cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

38 A Constituição Federal de 1988 descreve em seu artigo 37 os princípios basilares do Direito Administrativo, definindo todo o ordenamento jurídico vigente.

Além dos princípios explícitos, que aparecem em diversos dispositivos constitucionais, e ressaltam a importância de sua aplicabilidade nas leis vigentes, também existem os princípios implícitos.

Em relação aos princípios implícitos na Constituição supracitada, assinale a alternativa correta:
(A) Princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade.
(B) Princípios da eficiência, razoabilidade e legalidade.
(C) Principio da supremacia do interesse público sobre o particular, autotutela e isonomia.
(D) Princípios da motivação, legalidade e publicidade.

39 Considerando a Lei nº 8.112/90 que regulamenta o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, assinale a alternativa correta quanto aos deveres contidos na lei citada:
(A) questionar as normas legais e regulamentares, aplicando-as somente se estiver de acordo.
(B) utilizar à vontade os recursos materiais e conservar o patrimônio público.
(C) falar a todos sobre os assuntos da repartição.
(D) manter conduta compatível com a moralidade administrativa.

40 Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei n.º 8.069/90, com suas atualizações), o trabalho que é vedado ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental é o:

(A) trabalho noturno, realizado entre as vinte horas de um dia e as seis horas do dia seguinte.
(B) trabalho perigoso, salubre ou imoral.
(C) trabalho realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.
(D) trabalho realizado em horários, dias e locais que não permitam a frequência à passeios e escola.